



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

PROJETO TÉCNICO-PEDAGÓGICO

1. AÇÃO EDUCACIONAL

Curso de Extensão em Processo Político: Teoria e Prática no Legislativo (Edição 2025).

1.1. Áreas de Conhecimento

- 6.02.02.00-9 – Administração Pública
- 7.09.00.00-0 – Ciência Política
- 7.09.04.00-6 – Políticas Públicas
- 6.01.02.05-5 – Direito Constitucional

1.2. Órgão Executor

ILB/COESUP/SEFOPEE

1.3. Contribuições para elaboração do projeto

- Especialistas:
 - Beatriz Simas Silva (CONLEG)
 - Bruno Gasparotto Ponne (SGIDOC)
 - Fernando Boarato Meneguin (CONLEG)
 - Ludmila Albuquerque Doulettes Araújo (PRVPRE)
 - Paulo Roberto da Costa Kramer (Câmara dos Deputados)
 - Paulo Sérgio Paiva Futuro (GLDMIN)
 - Rafael Silveira e Silva (CONLEG)
- Serviço de Pesquisa e Atenção ao Usuário da Biblioteca (SEUBIB)
- Serviço dos Cursos de Pós-Graduação (SEPOS)
- Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão (SEFOPEE)



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão
● Coordenação de Educação Superior (COESUP)

1.4. Contribuições para atualização e para adaptação do projeto original

- Cesar Rodrigues Van Der Laan (CONLEG-NECO)
- Daniel Assis Brito (GABLID-GLDGOV)
- Diogo Macedo de Novaes (GABSEN-GSFARN)
- Edvaldo Fernandes da Silva (ADVOSF-NUPADM)
- Paulo Fernando Mohn e Souza (NAPOSF) — Aposentado
- Rafael Silveira e Silva (CONLEG-NEPLEG)
- Rodrigo Ribeiro Bedritichuk (SGM-SCOM-COCM)

1.5. Facilitadores de Aprendizagem e Coordenador(a)-Geral do Curso

A depender do resultado do processo seletivo com base na Instrução Normativa (IN) do ILB nº 01/2021 (e atualizações).

1.6. Nº de vagas

40 vagas.

1.7. Público-alvo

O público-alvo abrange, preferencialmente, servidores efetivos ou comissionados do Senado Federal ou de órgãos parceiros que realizem atividades concernentes ao processo político.

1.8. Requisitos para participação discente

São pré-requisitos para participar do curso na condição de discente: (i) possuir diploma de graduação reconhecido pelo MEC; (ii) possuir disponibilidade para participação integral na ação educacional; (iii) possuir meios de acesso a recursos computacionais e à internet para acompanhamento das aulas remotas e para a realização das atividades extraclasse.



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro

Coordenação de Educação Superior

Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

Embora não seja mandatório, é desejável experiência prática em atividades concorrentes ao processo político.

1.9. Carga horária

72 horas-aula remotas, via plataforma de videoconferência.

1.10. Período e periodicidade

Dias e horários das aulas síncronas: segundas e sextas-feiras, das 14h às 18h10, e, excepcionalmente, quintas-feiras, das 14h30 às 16h30.

1.11. Previsão de realização

A partir do segundo semestre de 2025.

2. JUSTIFICATIVA

O “*Curso de Extensão em Processo Político: Teoria e Prática no Legislativo*” justifica-se pela sua pertinência quanto ao aperfeiçoamento da atuação profissional direta e indireta dos servidores que trabalham, já atuaram ou têm interesse em trabalhar em atividades concorrentes ao processo político.

A organização, a estrutura e as atribuições do Congresso Nacional são objeto de estudos e análises no meio acadêmico. Seu papel como Poder de Estado e seu desempenho político, seja em relação aos demais Poderes, seja nos procedimentos necessários ao desempenho de sua missão constitucional, são discutidos por professores, estudantes, analistas e profissionais, inclusive da mídia, reunindo uma carga significativa de conceitos, porém ainda parcial e passível de aperfeiçoamento.

No intuito de contribuir para maior efetividade da atuação institucional do Poder Legislativo, essa ação educacional buscará apresentar uma visão teórica e prática dos princípios, estruturas e mecanismos do Parlamento e de seu papel em relação aos demais Poderes, além de estimular reflexões, a partir de novas pesquisas oriundas da vivência no



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro

Coordenação de Educação Superior

Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

Congresso Nacional e da própria experiência dos alunos, sobre temas relevantes aos atores do processo político e ao seu comportamento no cenário legislativo.

Em relação à difusão e à produção de saberes de alto nível, trata-se de ação educacional, já realizada em 2023, ocasião na qual foram certificados 36 discentes, dentre servidores públicos do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Tribunal de Contas da União e de outras casas legislativas.

Do ponto de vista de focalização organizacional no Senado Federal, os temas propostos no quadro programático desta ação educacional são listados como correlacionados, de forma ampla, com a atuação dos servidores do Senado Federal, conforme disposto na Matriz Geral de Correlação do Conhecimento (Anexo único do Ato da Diretoria-Geral, publicado no Boletim Administrativo do Senado Federal - BASF nº 9825, Seção 1, de 30/06/2025). Dentre as áreas de interesse da Casa, a proposta educacional tangencia, por exemplo, temas inseridos nos campos da Administração, do Direito Constitucional, da Ciência Política e do Processo Legislativo e Técnicas Legislativas.

A ação educacional foi aprovada no PCASF 2025¹, em consonância com o item EXTE-02/CPO, e está prevista no Plano Plurianual de oferta da Educação Superior para 2025². Por fim, o curso dá continuidade ao desenvolvimento e à capacitação de profissionais que atuam diretamente no processo político.

3. OBJETIVOS

3.1. Geral: aprimorar as competências técnico-profissionais dos servidores envolvidos em atividades relativas ao processo político, com base em uma visão crítica e reflexiva do Poder Legislativo e sua centralidade na democracia, de modo a contribuir para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das funções públicas que ocupam.

3.2. Específicos:

- revisar os fundamentos históricos, políticos e jurídicos contemporâneos inerentes à

¹ NUP 00100.032506/2025-16, publicado no BASF nº 9682, Seção 1, de 07/03/2025.

² Conforme relatório publicado no BASF nº 8620, Seção 1, de 26/12/2022.



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão
institucionalização do Parlamento;

- refletir de forma crítica sobre as dinâmicas do Poder Legislativo e do processo político, no contexto do Congresso Nacional e de suas interações bicamerais, federativas e com os demais Poderes;
- formular análises qualificadas sobre sistemas, organizações e processos políticos;
- compreender as estruturas e os processos de governo em seus diferentes níveis e nas instituições políticas;
- demonstrar como se configura a relação entre o Parlamento e a sociedade civil, evidenciando fluxos de informação relativos às demandas e às respectivas intervenções/reacções;
- compreender as diversas perspectivas aplicadas às políticas públicas, destacando, especialmente, o papel do Legislativo em sua elaboração, discussão, avaliação e monitoramento;
- disseminar informações sobre estudos legislativos.

4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O curso terá cinco disciplinas, distribuídas da seguinte forma:

Unidade	Disciplinas	Carga horária
I	Fundamentos do Processo Político	10 horas
II	Poder Legislativo e a Relação entre os Poderes	14 horas
III	O Congresso e a Dinâmica dos Trabalhos Legislativos	18 horas
IV	O Legislativo e as Políticas Públicas	18 horas
V	Laboratório de Práticas	12 horas



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

Carga horária total	72 horas
----------------------------	----------

5. DISCIPLINAS

Disciplina I – Fundamentos do Processo Político

Ementa: Fundamentos históricos, jurídicos e filosóficos do processo político democrático contemporâneo. Pressupostos, elementos e condicionantes do processo político. A política moderna e a política contemporânea: teorias sobre o Estado e a democracia. O papel dos atores políticos: partidos, movimentos sociais, grupos de interesse e cidadãos. Participação política e representação. Bicameralismo e federalismo. As relações interpoderes. Introdução aos processos de formulação, implementação e controle das políticas públicas. Processo político como mecanismo de tomada de decisão e de resolução de conflitos. Processo político na era digital.

Objetivos:

- compreender os conceitos fundamentais do processo político;
- discutir o perfil, o comportamento, as interações dos atores do processo político no contexto do Parlamento brasileiro;
- identificar potenciais fragilidades do processo político em torno de sua configuração;
- analisar o papel dos atores políticos na construção da democracia e o protagonismo do Poder Legislativo;
- compreender como as políticas públicas se posicionam no centro das dinâmicas do Poder Legislativo;
- refletir sobre o processo político como instrumento de mediação e decisão.

Carga horária: 10 horas.

Referências*:



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

ANDRADA, Antônio Carlos Doorgal de. **Política, ainda é possível?** As fragilidades do processo político institucional na pós-modernidade e a realidade brasileira. Belo Horizonte: Del Rey, 2009. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/senado/biblioteca-rotinas/servicos/getDocumento.asp?num=000864924>. Acesso em 29 jul. 2025.

AZAMBUJA, Darcy. **Introdução à Ciência Política**. São Paulo: Globo, 2005.

BEKKERS, V.; SCHOLTEN, P. **Public policy in action: perspectives on the policy process**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2017. p. 1-16, 38-78. ISBN 978-1-78100-452-4.

BOBBIO, Norberto. **A Teoria das Formas de Governo na História do Pensamento Político**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1980.

CAIRNEY, P. What is public policy? How should we study it? In: CAIRNEY, P. (Ed.). **Understanding Public Policy: theories and Issues**, 2012. London: Palgrave Macmillan, 1. ed., p. 22-45. ISBN 978-8572839921.

CHRISPINO, Álvaro. **Introdução ao estudo das políticas públicas: uma visão interdisciplinar e contextualizada**. São Paulo: FGV Editora, 2016. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/senado/biblioteca-rotinas/servicos/getDocumento.asp?num=1064261>. Acesso em: 29 jul. 2025.

DAHL, Robert. **Análise Política Moderna**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1988.

HELLER, Hermann. A teoria do Estado. In: CARDOSO, F. H.; MARTINS, C. E. (Orgs.). **Política & Sociedade**. São Paulo: Ed. Nacional, v. 1, 1983.

GIANTURCO, Adriano. **A Ciência da Política: Uma Introdução**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/senado/biblioteca-rotinas/servicos/getDocumento.asp?num=1179954>. Acesso em: 29 jul. 2025.

GOZZI, Gustavo. Estado Contemporâneo. In: BOBBIO, N. et al. **Dicionário de Política**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, v. 1, 1993.

HABERMAS, Jurgen. Participação Política. In: CARDOSO, F. H.; MARTINS, C. E. (Orgs.). **Política & Sociedade**. São Paulo: Ed. Nacional, v. 1, 1983.

HUBER, E.; BOGLIACCINI, J. Latin America. In: CASTLES, F.G; LEIBFRIED, S.; OBINGER, H.; PIERSON, C. (Eds.). **The Oxford Handbook of the Welfare State**. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 644-655.



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro

Coordenação de Educação Superior

Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

HUBER, E.; BOGLIACCINI, J. Latin America. In: CASTLES, F. G.; LEIBFRIED, S.; OBINGER, H.; PIERSON, C. (orgs.). **The Oxford Handbook of the Welfare State**. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 644-655. ISBN 9780191594014.

MANENT, Pierre. **História intelectual do Liberalismo**. Trad. Jorge Costa; rev. Suzana Ramos. - Lisboa : Edições 70, 2015. - 232 p.

MAAR, Wolfgang Leo. **O que é Política**. Coleção Primeiros Passos: São Paulo: Abril Cultural, 1985.

SOUZA, Paulo Fernando Mohn e. **Processo legislativo bicameral no Brasil: como as câmaras resolvem suas divergências na elaboração legislativa?** 1. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2024. v. 1. 572p. ISBN 978-65-5813-101-4.

NOGUEIRA, Octaciano. **Introdução à Ciência Política**, Brasília: Senado Federal, Ed. Unilegis de Ciência Política, 2006.

PARSONS, Talcott. O conceito de poder político. In: CARDOSO, F. H.; MARTINS, C. E. (Orgs.). **Política & Sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1983.

* Considerando a dinamicidade da disciplina, a bibliografia deverá ser atualizada e/ou ampliada pelo(a) facilitador(a) de aprendizagem.

Disciplina II – Poder Legislativo e a Relação entre os Poderes

Ementa: Sistemas de governo e funções do Legislativo e do Executivo. Poder político e função representativa do Legislativo. O papel do Poder Legislativo no sistema de freios e contrapesos: a dinâmica das relações entre Executivo, Legislativo e Judiciário. Bicameralismo em perspectiva comparada. Poder Legislativo e presidencialismo de coalizão. Apropriação da agenda legislativa. Medidas provisórias, teorias da ação unilateral e da delegação. Processo legislativo e sua interface com as decisões do Executivo e do Judiciário. Crises institucionais e mecanismos de cooperação entre os Poderes.

Objetivos específicos da disciplina:

- analisar a função do Legislativo no equilíbrio entre os Poderes;
- compreender o poder político e a função parlamentar no contexto da lógica representativa do Legislativo;



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro

Coordenação de Educação Superior

Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

- descrever as dimensões do sistema de governo no Brasil, notadamente sob a perspectiva das relações entre os poderes Legislativo e Executivo;
- compreender o Bicameralismo no Brasil e a relação entre as Casas do Poder Legislativo;
- compreender o presidencialismo de coalização;
- compreender as alterações nas emendas orçamentárias e as implicações para o Presidencialismo de Coalizão e as relações institucionais entre os Poderes da República.
- identificar desafios e soluções para a cooperação institucional.

Carga horária: 14 horas.

Referências*:

AMORIM NETO, Octavio; COX, Gary W.; MCCUBBINS, Mathew D. Agenda Power in Brazil's Câmara dos Deputados, 1989–98. **World Politics**, v. 55, p. 550–578, jul. 2003. Disponível em: https://scholarship.law.duke.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=5966&context=faculty_scholars. Acesso em: 29 jul. 2025.

ANASTASIA, Fátima (Org.). **Reforma Política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006. p. 259-271.

AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (orgs.). **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. 2. ed. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2007. p. 35-78.

AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (Orgs.). **Reforma Política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

ARAÚJO, Paulo Magalhães. **Bicameralismo no Brasil**: argumentos sobre a importância do Senado na análise do processo decisório federal. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 11, n. 21, 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2012v11n21p83/22663>. Acesso em 29 jul. 2025.

ARAUJO, Tatyanne Maria Lins de. O impasse entre os Poderes e o efeito backlash como contra-ataque às decisões judiciais ativistas no Brasil. **Revista de Direito Constitucional e Internacional**, v. 127, p. 167-184, 2021. Disponível em: <https://www.revistadostribunais.com.br/maf/app/resultList/document?&src=rl&srguid=i0a89>



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro

Coordenação de Educação Superior

Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

dc5c00000198571670c83773a02f&docguid=I94ed81d0265d11eca08ec74e9248bd4d&hitguid=I94ed81d0265d11eca08ec74e9248bd4d&spos=1&epos=1&td=1&context=5&crumb-action=append&crumb-label=Documento&isDocFG=true&isFromMultiSumm=true&startChunk=1&endChunk=1
Acesso em: 29 jul. 2025.

ARNOLD, R. Douglas. **The Logic of Congressional Action**. New Haven: Yale University Press, 1990. 282 p. Disponível em: <https://arnold.scholar.princeton.edu/publications/logic-congressional-action#:~:text=In%20this%20important%20and%20original%20book%2C%20R.%20Douglas,why%20the%20general%20public%20sometimes%20wins>. Acesso em: 29 jul. 2025.

BEDRITICHUK, Rodrigo Ribeiro; VERONEZE, Guilherme Marques. Casa carimbadora?: a revisão das medidas provisórias pelo Senado Federal. **Revista de Informação Legislativa**: RIL, Brasília, DF, v. 60, n. 239, p. 91-114, jul./set. 2023. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/60/239/ril_v60_n239_p91.

. Medidas provisórias e seu papel no presidencialismo de coalizão. **Revista de Estudos Legislativos e Políticas Públicas**, Brasília, DF, n. 1, p. 32-42, 2021. Disponível em: https://www.ielp.org.br/wp-content/uploads/2021/02/BOOK_REVISTA_IELP.pdf. Acesso em: 14 mar. 2023.

BERTHOLINI, F.; PEREIRA, C.. Pagando o preço de governar: custos de gerência de coalizão no presidencialismo brasileiro. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 4, p. 528–550, jul. 2017.

BUNCHAFT, Maria Eugenia; LIMBERGER, Têmis; CRISTIANETTI, Jessica. O refluxo em Roe versus Wade: uma reflexão à luz do diálogo entre Constitucionalismo Democrático e Minimalismo judicial. **Pensar - Revista de Ciências Jurídicas**, v. 21, n. 03, p. 987-1011, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5020/2317-2150.2016.v21n3p987>. Acesso em: 29 jul. 2025.

CECILIO, Adriana. **A separação dos poderes e o sistema de freios e contrapesos**. 1. ed. São Paulo: Amanuense, 2022. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/biblioteca/CapasSumarios/novasaquisicoes/2023/mar%C3%A7o/1223719/sumario.pdf>. Acesso em 29 jul. 2025.

COAKLEY, John. The Strange Revival of Bicameralism. **The Journal of Legislative Studies**, 2014, vol. 20, n. 4. p. 542-572, 2014. Disponível em: https://pureadmin.qub.ac.uk/ws/files/130344288/coakley_jls_2014_bicameralism.pdf. Acesso em: 29 jul. 2025.



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. R.. As três versões do neo-institutionalismo. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 58, p. 193–223, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452003000100010>. Acesso em: 29 jul. 2025.

INÁCIO, M.; RENNÓ, L. (orgs.). **Legislativo brasileiro em perspectiva comparada**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

KREHBIEL, Keith. **Information and legislative organization**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1991.

LAMEIRÃO, C.; PAIVA, D.; CARVALHO, G. O debate recente nos 30 anos do presidencialismo de coalizão: novas abordagens, dimensões de análise e algumas notas sobre a dominância do executivo. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, [S. l.], n. 93, p. 1–24, 2020. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/513>. Acesso em: 30 jul. 2025.

LEMOS, Leany B. (org.). **O Senado Federal Brasileiro no Pós-Constituinte**. Brasília: Senado Federal, 2008.

LIJPHART, Arend. **Modelos de democracia**: desempenho e padrões de governo em 36 países. Tradução de Vera Caputo, 4a. ed. rev. e ampl., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

LLANOS, Mariana; SANCHÉZ, Francisco. O bicameralismo em perspectiva comparada. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (orgs.) **Reforma política no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: PNUD, 2006. p. 159-164.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. **Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional**. São Paulo: Editora FGV, 2000.

LIMONGI, Fernando & FIGUEIREDO, Argelina. Modelos de Legislativo: o Legislativo brasileiro em perspectiva comparada. **Revista Plenarium**, Brasília: Câmara dos Deputados, v. 1, n. 1, p. 41-56, 2004.

LIMONGI, Fernando. **O novo institucionalismo e os estudos legislativos**: a literatura norte-americana recente. BIB, Rio de Janeiro, n. 37, p. 3-38, 1994.

LIMONGI, Fernando. Presidencialismo e Governo de Coalizão. In: Leonardo Avritzer e Fátima Anastasia. (Org.). **Reforma Política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, p. 2006. p. 237-257.

LLANOS, Mariana; SÁNCHEZ, Francisco. Bicameralismo em perspectiva comparada. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (Orgs.). **Reforma Política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006. p. 103-121.

LLANOS, Mariana; SÁNCHEZ, Francisco. Bicameralismo em perspectiva comparada. In:



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro

Coordenação de Educação Superior

Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

LIJPHART, Arend. **Patterns of Democracy**: Governments Forms and Performance in Thirty Six Countries (2 ed.). New Haven: Yale University Press, 2012.

MANSBRIDGE, Jane. Rethinking Representation. **American Political Science Review** v. 97, n. 4 p. 515-528, 2003.

MOISÉS, José A (org). **O Papel do Congresso Nacional no Presidencialismo de Coalizão**. Rio de Janeiro; Konrad- Adenauer-Stiftung (2011).

NICOLAU, Jairo; POWER, Timothy J. (Org.). **Instituições Representativas no Brasil**: Balanço e Reformas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 55-73.

PALERMO, V.. Como se governa o Brasil? O debate sobre instituições políticas e gestão de governo. **Dados**, v. 43, n. 3, p. 521–557, 2000.

PITKIN, Hanna F. Representation and Democracy: an Uneasy Alliance. **Scandinavian Political Studies**, v. 27, n. 3, 2004, p. 335-342.

POWER, Timothy. Presidencialismo de coalizão e o design institucional no Brasil: o que sabemos até agora? In: SATHLER, André; BRAGA, Ricardo (ed.). **Legislativo pós-1988**: reflexões e perspectivas. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015. p. 15-45.

RENNO, L. R. Críticas ao Presidencialismo de Coalizão no Brasil: Processos Institucionalmente Constritos ou Individualmente Dirigidos? In: AVRITZER, Leonardo; SANTOS, Fabiano. Em Defesa do Presidencialismo de Coalizão. In: **Reforma Política no Brasil – Realizações e Perspectivas**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003. p. 19-38. Disponível em: http://www.kas.de/wf/doc/kas_6550-544-1-30.pdf. Acesso em 29 ago 2025.

SILVEIRA E SILVA, Rafael. Mais além do Presidencialismo de Coalizão: o fenômeno da Apropriação da agenda legislativa. In: **IX Encontro da ABCP**, Brasília, 2014. Anais Eletrônicos do IX Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3InYpi7>. Acesso em 29 jul. 2025.

SOUZA, Paulo Fernando Mohn e. **Processo legislativo bicameral no Brasil**: como as câmaras resolvem suas divergências na elaboração legislativa? Rio de Janeiro: GZ, 2024.

USLANER, Eric M. e ZITTEL, Thomas. Comparative Legislative Behaviour In: RHODES, R.A.W, BINDER, Sarah A. e ROCKMAN, Bert. A. **The Oxford Handbook of Political Institutions**, Oxford, Oxford University Press, 2006, p. 455-473.

VAN DER LAAN, Cesar Rodrigues. **Um panorama recente da apresentação de emendas sem pertinência temática a medidas provisórias pós-ADI 5.127**. Texto para Discussão n. 244. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa/Senado Federal, 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td244/view>. Acesso em: 29 jul. 2025.



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

VAN DER LAAN, Cesar Rodrigues. **Taxa de consentimento de Medidas Provisórias: uma reavaliação aplicada ao governo Bolsonaro (2019-2022)**. Novos Estudos, ed. 130, v. 43, n.3, 2024. Disponível em: <https://novosestudos.com.br/edicao-atual/#67631c78b32a5>. Acesso em: 4 fev. 2025.

VAN DER LAAN, Cesar Rodrigues. Taxa de consentimento de Medidas Provisórias: uma reavaliação aplicada ao governo Bolsonaro (2019-2022). **Novos Estudos**, ed. 130, v. 43, n.3, 2024. Disponível em: <https://novosestudos.com.br/edicao-atual/#67631c78b32a5>. Acesso em: 29 jul. 2025.

* Considerando a dinamicidade da disciplina, a bibliografia deverá ser atualizada e/ou ampliada pelo(a) facilitador(a) de aprendizagem.

Disciplina III – O Congresso e a Dinâmica dos Trabalhos Legislativos

Ementa: Estrutura e organização do Congresso Nacional. Regimentos internos e normas do processo legislativo. Tramitação de proposições legislativas: projetos de lei, emendas, medidas provisórias. Comissões legislativas temáticas e partidos políticos no Congresso Nacional. Frentes e bancadas parlamentares. Comissões técnicas, lideranças partidárias e bloco de apoio. As carreiras políticas e a lógica da ação parlamentar. Agendas políticas e a relevância parlamentar. Teorias sobre grupos de interesse e o *lobby*. Participação da sociedade no processo legislativo: audiências e consultas públicas.

Objetivos específicos da disciplina:

- examinar o funcionamento interno do Congresso e as relações construídas pelos parlamentares e partidos políticos com a sociedade civil;
- identificar as estruturas hierárquicas que orientam os trabalhos legislativos e seus reflexos sobre a atividade de representação;
- conhecer as etapas e normas do processo legislativo;
- compreender a atuação das frentes parlamentares e bancadas temáticas no Congresso Nacional;
- refletir sobre a participação social e a transparência no Legislativo;
- demonstrar como se configura a relação entre o Parlamento e a sociedade civil, evidenciando fluxos de informação relativos às demandas e às respectivas intervenções;



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro

Coordenação de Educação Superior

Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

- compreender a dinâmica dos trabalhos legislativos sob a ótica do debate nacional acerca dos grandes temas;
- situar-se no contexto do processo político e da representação democrática.

Carga horária: 18 horas.

Referências*:

ARAÚJO, Suely M. V. G.; SILVA, Rafael S. Reflexões e Novas Agendas de Pesquisa para os Estudos Legislativos no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Estudos Legislativos**, v. 2, p. 58-74, 2012. Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/riel/article/view/5847/4546>. Acesso em 29 jul. 2025.

ARAÚJO, Suely M. V. G.; SILVA, Rafael S. Titulares da agenda e carreiras políticas.

Revista Brasileira de Ciências Políticas [online], n. 10, p. 285-311, 2013. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522013000100009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 jul. 2025.

CARVALHO, Juliana. Revisão da bibliografia sobre bancadas temáticas e frentes parlamentares no Brasil (2011—2021). **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v. 1, n. 97, p. 1–16, 20 jan. 2022. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/562>. Acesso em 29 jul. 2025.

BRITO, Daniel. **Agenda Setting in the Brazilian Chamber of Deputies**: Assessing the Influence of Political Parties and Legislative Member Organizations. 2023. Dissertação (Mestrado) — Hertie School of Governance, 2023.

CASCIONE, S.; ARAÚJO, S. M. V. G. DE .. Obstáculos para protagonismo das frentes parlamentares em coalizões presidenciais no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 27, n. 72, p. e005, 2019.

CAVALCANTE FILHO, João Trindade. **Processo Legislativo Constitucional**. 7^a ed. Brasília: JusPodivm, 2024.

KINGDON, J. W. **Agendas, alternatives, and public policies**. 2. ed. Nova York: HarperCollins College Publisher, 1995.

LEMOS, Leany B. O Congresso Brasileiro e a Distribuição de benefícios sociais no período 1988-1994: uma análise distributivista. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 44, p. 561-605, 2001. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/dados/a/Tf8zj4JxQWssTwjJRw7PTSq/?lang=pt>. Acesso em 29 jul. 2025.



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro

Coordenação de Educação Superior

Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lúcio. Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. **Opinião Pública**, v. 9, n. 1, p. 44–67, 2003. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0104-62762003000100002&lng=en&nrm=iso&tlang=pt. Acesso em: 29 jul. 2025.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. **Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa:** a conexão eleitoral no Brasil. *Dados [online]*, v. 46, n. 4, p. 735–771, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v46n4/a04v46n4.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2025.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Uma teoria da preponderância do poder executivo: o sistema de comissões no Legislativo Brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 43, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbc soc/v15n43/004.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2025.

PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lúcio. O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 27, n. 4, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v27n4/a10v27n4.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2025.

PINHEIRO, Victor Marcel. **Devido Processo Legislativo:** elaboração das leis e seu controle judicial na democracia brasileira. Rio de Janeiro: GZ, 2024.

REY, Beatriz. **Legislative effectiveness in Brazil:** The role of legislative member organizations in the Chamber of Deputies. 2021. Tese (Doutorado) — Syracuse University.

SANTOS, Luiz Alberto dos. **Regulamentação das atividades de lobby e seu impacto sobre as relações entre políticos, burocratas e grupos de interesse no ciclo de políticas públicas:** análise comparativa dos Estados Unidos e Brasil. 2007. 527 f. Tese (Doutorado) — Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SANTOS, Manoel Leonardo et al. Lobbying no Brasil : profissionalização, estratégias e influência. v. 2334, p. 01-57, 2017. Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8060>. Acesso em: 29 jul. 2025.

SILVA, R.; ARAÚJO, S. **Representações políticas alternativas no Congresso Nacional:** uma proposta conceitual para compreender as frentes parlamentares. Julho, 2019.

SILVEIRA E SILVA, Rafael; ARAÚJO, Suely M. V. G. Ainda vale a pena legislar: a atuação dos Agenda Holders no Congresso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, p. 19-50, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/32Lc425>. Acesso em: 29 jul. 2025.

SILVEIRA E SILVA, Rafael; ARAÚJO, Suely M. V. G. Representações políticas alternativas no Congresso Nacional: uma proposta conceitual para compreender as frentes parlamentares. **Revista Direito Público**, v. 16, p. 232, 2019. Disponível em:



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão
<https://www.researchgate.net/publication/334440790> REPRESENTACOES POLITICAS ALTERNATIVAS NO CONGRESSO NACIONAL UMA PROPOSTA CONCEITUAL PARA COMPREENDER AS FRENTES PARLAMENTARES. Acesso em: 29 jul. 2025.

SILVEIRA E SILVA, Rafael; NERY, Pedro Fernando. Instâncias de Decisão e Espaços de Cooperação no Senado: Uma visão dos Ambientes Estratégicos em Rede. **Economic Analysis of Law Review**, v. 9, p. 243-262, 2019.
<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/EALR/article/view/10986/6474>. Acesso em 05 ago. 2025.

WELLER, Leonardo; LIMONGI, Fernando. **Democracia negociada:** política partidária no Brasil da Nova República. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2024.

* Considerando a dinamicidade da disciplina, a bibliografia deverá ser atualizada e/ou ampliada pelo(a) facilitador(a) de aprendizagem.

Disciplina IV – O Legislativo e as Políticas Públicas

Ementa: Políticas públicas e governança no setor público. Avaliação de políticas públicas: referenciais *ex ante* e *ex post*. Análise de dados quantitativos e qualitativos em projetos de políticas públicas. O papel do Poder Legislativo na formulação e na avaliação de políticas públicas. Análise de impactos regulatórios e sociais das leis. Relação entre o Legislativo e outros atores na construção de políticas públicas: Executivo, sociedade civil e setor privado. Estudos de caso sobre políticas públicas.

Objetivos específicos da disciplina:

- compreender os conceitos fundamentais de políticas públicas e o ciclo das políticas públicas;
- discutir modelos de análise e de avaliação de políticas públicas;
- compreender a relação entre o processo legislativo e o ciclo de políticas públicas;
- analisar o impacto das decisões legislativas na sociedade.

Carga horária: 18 horas.

Referências*:



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro

Coordenação de Educação Superior

Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas.** 2. ed., rev. atual. São Paulo: Saraiva jur, 2021. Disponível em:
<https://www.senado.gov.br/senado/biblioteca-rotinas/servicos/getDocumento.asp?num=1190388>. Acesso em 29 jul. 2025.

BRASIL. **Guia da política de governança pública.** Casa Civil da Presidência da República – Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018. Disponível em:
www.gov.br/casacivil/pt-br/centrais-de-conteudo/downloads/guia-da-politica-de-governanca-publica. Acesso em 29 jul. 2025.

BRASIL. **Avaliação de políticas públicas:** guia prático de análise *ex ante*. Volume 1, Casa Civil da Presidência da República, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – Brasília: Ipea, 2018. Disponível em:
https://www.gov.br/casacivil/pt-br/centrais-de-conteudo/downloads/153743_analise-ex-ante_web_novo.pdf/view. Acesso em 29 jul. 2025.

BRASIL. **Guia para Elaboração de Análise de Impacto Regulatório (AIR).** Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade – SEA. Brasília: Ministério da Economia, 2021. Disponível em:
<https://www.gov.br/mma/pt-br/acesso-a-informacao/analise-de-impacto-regulatorio-2013-air-1/guia-para-elaboracao-de-air-2021.pdf>. Acesso em 29 jul. 2025

FREIRE, D. Evaluating the Effect of Homicide Prevention Strategies in São Paulo, Brazil: A Synthetic Control Approach. **Latin American Research Review**, v. 53, p. 231-249, 2018. Disponível em:
<https://www.cambridge.org/core/journals/latin-american-research-review/article/evaluating-the-effect-of-homicide-prevention-strategies-in-sao-paulo-brazil-a-synthetic-control-approach/E5AFC2A57EC06B0CAA65EFF98F6858AB>. Acesso em 21 ago 2023.

FREIRE, D. Evaluating the Effect of Homicide Prevention Strategies in São Paulo, Brazil: A Synthetic Control Approach. **Latin American Research Review**, v. 53, p. 231-249, 2018. Disponível em:
<https://www.cambridge.org/core/journals/latin-american-research-review/article/evaluating-the-effect-of-homicide-prevention-strategies-in-sao-paulo-brazil-a-synthetic-control-approach/E5AFC2A57EC06B0CAA65EFF98F6858AB>. Acesso em 29 jul. 2025.

GERTLER, Paul J.; MARTINEZ, S.; PREMAND, P.; RAWLINGS, Laura B.; VERMEERSCH, C. M. J. **Avaliação de Impacto na Prática (Partes 1 e 2).** 2. ed. Washington, DC: Inter-American Development Bank and World Bank, 2016. Disponível em:
<https://publications.iadb.org/pt/avaliacao-de-impacto-na-pratica-segunda-edicao>. Acesso em 29 jul. 2025.

HASSEL, Anke; WEGRICH, Kai. **Como fazer políticas públicas.** Nova York: Oxford University Press USA – OSO, 2022.



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro

Coordenação de Educação Superior

Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

MEDEIROS, Müller; BRITO, Daniel. Fábrica de Leis: O processo legislativo — ou o Congresso Nacional — e o ciclo de políticas públicas. **Consultor Jurídico (CONJUR)**, 19 set. 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-set-19/fabrica-leis-processo-legislativo-ciclo-politicas-publicas/>. Acesso em: 29 jul. 2025.

MENEGUIN, Fernando Boarato; FREITAS, Igor Vilas Boas de. Aplicações em avaliação de políticas públicas: metodologia e estudos de caso. **Textos para Discussão**, v. 1, n. 123, p. 1-22, 2013. Senado Federal. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/243255>. Acesso em: 29 jul. 2025.

MENEGUIN, F. B.; SILVA, R. S. (org.). **Avaliação de Impacto Legislativo:** cenários e perspectivas para sua aplicação. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas. 2017. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/535244>. Acesso em 29 jul. 2025.

PAULA, Felipe de. **Legislative policy in Brazil:** limits and possibilities. Leiden: The Meijers Research Institute, 2018. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/senado/biblioteca-rotinas/servicos/getDocumento.asp?num=1142258>. Acesso em 29 jul. 2025.

PONNE, Bruno G. Better incentives, better marks: a synthetic control evaluation of the educational policies in Ceará, Brazil. **Brazilian Political Science Review**, v. 17, n. 1, 2023. Disponível em: https://brazilianpoliticalsciencereview.org/wp-content/uploads/articles_xml/1981-3821-bpsr-17-1-e0005/1981-3821-bpsr-17-1-e0005.x90060.pdf. Acesso em: 29 jul. 2025.

RAMOS, Marília Patta; SCHABBACH, Letícia Maria. **O estado da arte da avaliação de políticas públicas:** conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. Revista de Administração Pública, v. 46, p. 1271–1294, 2012. Disponível em:
<http://www.scielo.br/j/rap/a/bPM5xsjhwWgL54mdx3R7cnP/?lang=pt>. Acesso em 29 jul. 2025.

* Considerando a dinamicidade da disciplina, a bibliografia deverá ser atualizada e/ou ampliada pelo(a) facilitador(a) de aprendizagem.

Disciplina V – Laboratório de Práticas

Ementa: Diretrizes laboratoriais: métodos qualitativos de pesquisa, o estudo de caso, elementos do processo de seleção de casos, fontes de pesquisa, planejamento e organização dos seminários de apresentação e etiqueta acadêmica para apresentação. Acompanhamento e



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro

Coordenação de Educação Superior

Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

avaliação prévia: discussão dos trabalhos em elaboração e orientação. Apresentação e debates: discussão no ambiente dos seminários.

Objetivos específicos da disciplina:

- discutir temas emergentes relacionados às experiências práticas de assessoria parlamentar no Poder Legislativo;
- aplicar o método de estudos de casos para estudo do contexto de trabalho, de modo a desenvolver análises e discussões aprofundadas sobre temas pertinentes;
- compreender os recursos metodológicos aplicáveis aos estudos de caso que podem ser empregados no desenvolvimento de trabalhos acadêmicos requeridos na disciplina e as fontes de consulta para a elaboração do seu conteúdo.

Carga horária: 12 horas.

Detalhamento da disciplina:

A disciplina Laboratório de Práticas deverá consolidar a aprendizagem do curso por meio da análise e da discussão de casos concretos e da exposição para a turma, nas formas oral e escrita, utilizando relatórios e apresentação de *slides*. O estudo de caso **não** deverá apresentar apenas um resumo das leituras selecionadas, sendo os discentes incentivados a conceber um tema de interesse e trazer reflexões que articulem as dimensões teórico-conceituais e empíricas. Os trabalhos desenvolvidos na disciplina, bem como a sua apresentação, deverão **sempre** contemplar questões relevantes para o processo político.

Na primeira aula, que ocorrerá, preferencialmente, após a conclusão de 40% do curso, o facilitador de aprendizagem deverá apresentar as diretrizes da disciplina e abordar orientações fundamentais para a boa execução dos trabalhos, como fontes de pesquisa e diretrizes antiplágio, bem como os parâmetros de acompanhamento e de avaliação. Em seguida, deverá apresentar algumas temáticas relativas aos tópicos desenvolvidos ao longo do curso e distribuir os alunos, preferencialmente, em 9 grupos, com 4 a 5 participantes em cada. Estes escolherão um tema de interesse por grupo, não sendo recomendável a repetição de temas. Os



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro

Coordenação de Educação Superior

Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

alunos poderão sugerir assuntos alternativos aos apresentados pelo facilitador de aprendizagem, porém sujeitos à aprovação deste. Os discentes poderão utilizar estudos de caso indicados pelo facilitador de aprendizagem como referência para os trabalhos que realizarão ao longo do programa da disciplina.

As duas aulas seguintes ocorrerão após a conclusão, preferencialmente, de 50% e 75% do curso, respectivamente. Nestas o docente fará o acompanhamento dos estudos de caso em desenvolvimento e apontará eventuais ajustes ou correções nos trabalhos. Tal acompanhamento se dará de forma coletiva, dentro do horário previsto para a disciplina.

As três últimas aulas ocorrerão ao final do curso e serão dedicadas à apresentação e aos debates acerca dos estudos de caso definidos dentro dos temas escolhidos pelos grupos na primeira aula. Sugere-se que, durante o período, cada grupo tenha até 40 minutos para a apresentação e debates com o docente e com os demais discentes. Todos os membros do grupo deverão participar ativamente da elaboração do trabalho (independentemente do formato), bem como da apresentação e da discussão, que também terá o docente como arguente ativamente atuante.

É recomendável que o grupo submeta antecipadamente ao docente os *slides* e um roteiro para moderar o debate com a turma, a fim de esclarecer possíveis dúvidas e ter em mãos o conteúdo adequado no dia da apresentação.

Após a apresentação, cada grupo deverá entregar ao facilitador de aprendizagem os *slides* utilizados na exposição do estudo de caso e um trabalho redigido pelo grupo, incluindo as contribuições e as sugestões decorrentes dos debates após a apresentação. É desejável que o trabalho final seja estruturado em forma de artigo científico, dentro dos parâmetros indicados pelo docente. Cada grupo deverá confirmar com o facilitador de aprendizagem o prazo de entrega desses materiais, que deverão ser considerados na composição da nota da disciplina.

Quadro-resumo sugerido para a disciplina:



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

Aula	Conteúdo	Carga Horária
1	Diretrizes laborais e formação dos grupos	2h
2	Orientações e temas previstos na ementa	2h
3	Orientações e temas previstos na ementa	2h
4	Apresentação e debates	2h
5	Apresentação e debates	2h
6	Apresentações, debates e encerramento da disciplina	2h

Referências*:

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: **Informação e documentação - Trabalhos acadêmicos – Apresentação.** Rio de Janeiro, 2011.

COLLIER, D. **Understanding Process Tracing.** PS: Political Science & Politics 44, n. 4, p. 823-830, October 2011. Disponível em: <https://polisci.berkeley.edu/sites/default/files/people/u3827/Understanding%20Process%20Tracing.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2025.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro

Coordenação de Educação Superior

Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

DINIZ, Débora; MUNHOZ, Ana Terra Mejia. **Cópia e pastiche:** plágio na comunicação científica. *Argumentum*. Vitória (ES), n.3, v. 1, p. 11-28, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/1430>. Acesso em: 29 jul. 2025.

ENAP. Estudos de Caso – Casoteca. Disponível em: <https://www.enap.gov.br/pt/pesquisa-e-conhecimento/publicacoes/estudos-de-caso-casoteca>. Acesso em: 29 jul. 2025.

EV, Leonardo da Silveira; GOMES, Aline Burni Pereira. Entre a especificidade e a teorização: a metodologia do estudo de caso. **Teoria e Sociedade**, n. 22 (2), p. 75-103, jul-dez 2014.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLICK, Uwe. **Introdução à Metodologia de Pesquisa: um Guia para Iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2012.

FLYYBJERG, B. Five misunderstandings about case-study research. *Qualitative Inquiry*, 12(2), 219-245, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/221931884_Five_Misunderstandings_About_Case-Study_Research. Acesso em: 30 out 2023.

HEBLING, Matheus Lucas. Estudo de caso em Ciência Política. **Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR**, v. 2, n. 2, 2014. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/42/41>. Acesso em: 29 jul. 2025.

GOMES NETO, José Mário Wanderley; ALBUQUERQUE, Rodrigo Barros de; SILVA, Renan Francelino da. **Estudos de caso:** manual para a pesquisa empírica qualitativa. Petrópolis: Vozes, 2024.

GOMES NETO, José Mário Wanderley; BARBOSA, Luis Felipe Andrade; PAULA FILHO, Alexandre Moura Alves de. **O que nos dizem os dados?** uma introdução à pesquisa jurídica quantitativa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

MACHADO, Daniel Baldin. Sete elementos do processo de seleção de casos: contribuições para um maior rigor e transparência nas Ciências Sociais. **Revista Brasileira de Ciência Política**, São Paulo, n. 36, p. 1-32, out. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/g6rXxyVTPLnfSV3v7fXyNvR/?lang=pt>. Acesso em: 29 jul. 2025._

MAIA, Flora de Paula G. H.; MAIA, Maria Clara M. **Estudos de caso para a ciência política**. *Conexão Política*, v. 1, n. 1, jan./jun. 2022, p. 53-192.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

REZENDE, F. da C. Razões emergentes para a validade dos estudos de caso na ciência política comparada. *Revista Brasileira De Ciência Política*, (6), 297–337, 2011.

SANDES, Vítor Eduardo Veras de. **Qual o Lugar do Caso nas Ciências Sociais?** *Conexão Política*, v. 4, n. 2, p. 67–82, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/conexaopolitica/article/view/5675>. Acesso em: 29 jul. 2025.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Diretrizes para realização de um seminário**. In: _____. *Metodologia do trabalho científico*. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 63–71.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Bookman, 2015. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6598416/mod_resource/content/1/Livro%20Robert%20Yin.pdf. Acesso em: 30 out 2023.

* Considerando a dinamicidade da disciplina, a bibliografia deverá ser atualizada e/ou ampliada pelo(a) facilitador(a) de aprendizagem.

6. METODOLOGIA

A proposta didático-pedagógica buscará propiciar condições para a produção, integração, disseminação e aplicação prática dos conhecimentos que compõem o tema do curso. O escopo das aulas deverá fomentar a participação ativa e a iniciativa individual dos alunos, ao mesmo tempo que estimulará as atividades colaborativas e a aprendizagem coletiva. Também buscará incentivar o desenvolvimento teórico-conceitual acerca da área sob enfoque.

O curso será estruturado em disciplinas independentes, mas integradas, que serão compostas por aulas expositivas-dialogadas e debates, de forma a unir os fundamentos teóricos às atividades práticas. Os conteúdos, por sua vez, serão trabalhados levando-se em consideração os conhecimentos necessários para o melhor desempenho da atividade de assessoria parlamentar, aproveitando-se, na medida do possível, das produções intelectuais dos próprios alunos, ainda inéditas, mas atuais e compatíveis com os tópicos estudados.

As aulas serão semanais, de forma remota, utilizando plataforma de videoconferência, como Zoom ou outra que porventura se mostre mais qualificada e esteja disponível.



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro

Coordenação de Educação Superior

Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

Será estimulada a utilização de metodologias ativas de aprendizagem, que levam o aprendiz a participar de forma comprometida com o seu processo de desenvolvimento enquanto reflete sobre aquilo que está fazendo, tornando sua experiência significativa. De acordo com Marques et al (2021)³, as metodologias ativas abrangem atividades de estudos individuais e grupais tais como “*aprendizagem cooperativa*”, “*aprendizagem baseada em equipe*”, “*aprendizagem baseada em casos*”, “*aprendizagem baseada em projetos*”, “*sala de aula invertida*” e “*jogos educativos*”. Portanto, buscar-se-á explorar abordagens de ensino com potencial inovador por promoverem a reflexão-ação (articulação entre teoria e prática), como aprendizagem baseada em problemas (estudos de caso) e *learning by doing* (aprender fazendo).

Deverá ser priorizado o planejamento instrucional (pelo docente, por meio do plano de ensino e, se possível, roteiros de atividades de ensino) para o melhor aproveitamento dos recursos didático-pedagógicos – a exemplo de ferramentas interativas, da plataforma de videoconferência e do ambiente virtual de aprendizagem – para o alcance dos objetivos de aprendizagem e para o enriquecimento da experiência discente.

6.1. Previsão da execução das aulas remotas

As aulas ocorrerão virtualmente, de forma remota e sincrônica, às segundas e sextas-feiras, das 14h às 18h10 – com 10 minutos de intervalo a cada duas horas de atividades letivas, e, excepcionalmente, às quintas-feiras, das 14h30 às 16h30. Quando previsto no plano de ensino do componente curricular, será facultado aos alunos o acompanhamento às aulas de forma assíncrona (em substituição à participação sincrônica), desde que apresentado ao facilitador de aprendizagem correspondente, para fins de recuperação, um resumo (em forma de relatório, mapa conceitual ou formato a ser definido pelo facilitador de aprendizagem) elaborado a partir dos assuntos abordados na aula correspondente ou a partir de texto indicado pelo docente. Contudo, a participação substitutiva, por meio de aulas assíncronas, não poderá exceder 50% (cinquenta por cento) da carga horária de cada disciplina.

³ MARQUES, H. R. et al.. Inovação no ensino: uma revisão sistemática das metodologias ativas de ensino-aprendizagem. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), v. 26, n. 3, p. 718–741, set. 2021.



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

A participação assíncrona poderá implicar na redução da nota final do componente curricular, aferida ao discente, no quesito participação em sala de aula, conforme os critérios estipulados no plano de ensino. Recomenda-se que o plano de ensino não preveja a possibilidade alternativa de assistência assíncrona nos encontros finais do componente curricular Laboratório de Práticas.

É responsabilidade única e exclusiva dos discentes a frequência aos encontros virtuais, bem como a recuperação de conteúdo em caso de indisponibilidade de agenda para participação nas atividades síncronas. As aulas virtuais, quando gravadas para fins de recuperação do discente no componente curricular, conforme o plano de ensino, estarão disponíveis por tempo limitado a critério do ILB, sendo seu uso único e exclusivo para fins didático-pedagógicos do curso.

7. PROCESSO AVALIATIVO

O processo avaliativo será composto por dois tipos de avaliação: a avaliação de aprendizagem e da ação educacional.

7.1. Avaliação de aprendizagem

A avaliação de aprendizagem deve expressar o grau de desempenho e de desenvolvimento do discente ao longo da disciplina, de modo a contribuir para o alcance, em nível individual, dos objetivos de aprendizagem.

Os critérios de avaliação de aprendizagem de cada disciplina serão definidos pelo docente, em conjunto com o coordenador-geral do curso e com o SEFOPEE, e deverão constar no plano de ensino de cada componente curricular, podendo ser considerados, dentre outros:

- o interesse, a pontualidade e a assiduidade;
- a iniciativa discente pela busca de material complementar à leitura indicada;
- a efetiva leitura do material bibliográfico da aula;
- a análise crítica e/ou fichamento das leituras;
- a participação das discussões em sala e em fóruns virtuais;
- os trabalhos desenvolvidos individualmente ou em grupo.

Para alcançar aprovação em cada componente curricular, o discente deverá obter nota



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro

Coordenação de Educação Superior

Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

mínima 6.0 e possuir frequência mínima de 75% na disciplina, conforme critérios de apuração que vierem a ser estabelecidos no respectivo plano de ensino.

O desempenho global do discente na avaliação de aprendizagem considera a média simples das notas obtidas em cada uma das disciplinas do curso.

7.2. Avaliação da ação educacional

A avaliação da ação educacional será realizada a partir de questionários a serem respondidos pelos discentes, pelos docentes e pelo coordenador-geral. Os instrumentos de avaliação serão aplicados por meio da plataforma Saberes.

8. CORPO DISCENTE

Para a realização da inscrição, o discente deverá possuir diploma de graduação e apresentar toda a documentação exigida em chamada pública para formalização da matrícula.

Para fins de organização do fluxo de inscrições, o período de requerimento para a assunção de vagas ocorrerá em três etapas: I) exclusivamente para servidores do Senado Federal; II) para servidores do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União; III) para servidores da etapa II e de outras organizações públicas conveniadas, com instrumentos conveniais vigentes, com o Instituto Legislativo Brasileiro e/ou com o Senado Federal.

9. CERTIFICAÇÃO

O curso será certificado pelo próprio Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). Para fazer jus ao certificado, o aluno deverá obter nota e frequência mínimas necessárias à aprovação (6.0 e 75%, respectivamente), em cada uma das disciplinas do curso, de acordo com o calendário e as demais regras estabelecidas.

10. CORPO DOCENTE

O corpo docente será selecionado segundo a Instrução Normativa (IN) do ILB nº 01/2021 (e atualizações).



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

11.RECURSOS

11.1. Humanos

Facilitadores de aprendizagem, preferencialmente do quadro do Senado Federal, selecionados com base na IN do ILB nº 01/2021 (e atualizações) e em conformidade com o Anexo IV do Regulamento Administrativo do Senado Federal (RASF – consolidado pelo Ato da Comissão Diretora nº 14/2022 e alterações).

Tratando-se de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso (GECC), a forma de custeamento da ação educacional encontra-se fundamentada no art. 19 do Anexo IV do RASF e no art. 76-A da Lei nº 8.112/1990.

11.2. Didáticos

Textos de apoio, filmes, dinâmicas em grupo, uso da Plataforma Saberes, plataforma de videoconferência, Plataforma Mentimeter, recursos audiovisuais, fóruns temáticos e exercícios de fixação, dentre outros a serem indicados pelos facilitadores de aprendizagem.

11.3. Financeiros

Encargo / Papel	Carga horária	Formação docente esperada Mínima/Máxima	Custo estimado com base na formação máxima ⁴
Facilitador(a) de Aprendizagem da disciplina Fundamentos do Processo Político	10 horas	Especialização/ Doutorado	R\$ 5.263,10
Facilitador(a) de Aprendizagem da disciplina Poder Legislativo	14 horas	Especialização/ Doutorado	R\$ 7.368,34

⁴ Os custos foram calculados com base nos valores de GECC definidos no ADG nº 3/2025.



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

e a Relação entre os Poderes			
Facilitador(a) de Aprendizagem da disciplina O Congresso e a Dinâmica dos Trabalhos Legislativos	18 horas	Especialização/ Doutorado	R\$ 9.473,58
Facilitador(a) de Aprendizagem da disciplina O Legislativo e as Políticas Públicas	18 horas	Especialização/ Doutorado	R\$ 9.473,58
Facilitador(a) de Aprendizagem da disciplina Laboratório de Práticas	12 horas	Especialização/ Doutorado	R\$ 6.315,72
Coordenador(a) - Geral do Curso	30 horas ⁵	Mestrado/ Doutorado	R\$ 10.047,60
Teto do custo total estimado com base na possível titulação máxima do quadro docente			R\$ 47.941,92
Supervisão Pedagógica	Atribuições a serem exercidas diretamente pela área técnica (SEFOPEE/COESUP)		

12. INDICADORES DE DESEMPENHO:

Indicadores de planejamento

Indicador	Detalhamento	Meta
-----------	--------------	------

⁵ Máximo de 30 horas remuneradas, distribuídas nos três meses de execução da iniciativa.



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

Projeto pedagógico do curso	<p>Fórmula: Média da pontuação dos itens da questão “Avalie o curso sob os seguintes aspectos”, na avaliação do curso pelos alunos.</p> <p>Itens Avaliados:</p> <ul style="list-style-type: none">- Modalidade das aulas (presencial, remoto, EAD, híbrido etc)- Horário de realização do curso- Período de realização do curso- Adequação do conteúdo à carga horária estabelecida- Conteúdo programático- Carga horária semanal- Carga horária total	$\geq 8,5$
Planos de ensino das disciplinas	<p>Fórmula: Média da pontuação dos itens da questão “Avalie a disciplina sob os seguintes aspectos” nas avaliações das disciplinas pelos alunos.</p> <p>Itens Avaliados:</p> <ul style="list-style-type: none">- Carga horária total disponível para a disciplina- Duração das aulas- Ementa da disciplina- Objetivos da disciplina- Quantidade de atividades avaliativas- Formato das atividades avaliativas- Conteúdo das atividades avaliativas	$\geq 8,5$

Indicadores de atendimento

Indicador	Detalhamento	Meta
Corpo técnico-administrativo do ILB	<p>Fórmula: Média da pontuação dos itens na questão “Avalie o corpo técnico-administrativo do ILB sob os seguintes aspectos” na avaliação do curso pelos alunos.</p>	$\geq 8,5$



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

	<p>Itens Avaliados:</p> <ul style="list-style-type: none">- Agilidade na entrega de declarações e outros serviços prestados pela Secretaria Acadêmica- Atendimento a dúvidas quanto ao uso das plataformas virtuais (Zoom, Teams e Saberes)- Orientações preliminares antes da efetivação da matrícula- Notificações de atividades pendentes- Notificações de discentes faltantes- Agilidade no lançamento das frequências na Plataforma Saberes- Agilidade na liberação das aulas gravadas para os discentes autorizados- Gestão da sala de aula e das gravações- Apoio técnico na realização das aulas- Adequação das informações apresentadas na ambientação	
Coordenador-geral do curso	<p>Fórmula: Média da pontuação dos itens na questão “Avalie a atuação do coordenador-geral do curso sob os seguintes aspectos” em relação à avaliação do coordenador-geral do curso pelos discentes.</p> <p>Itens Avaliados:</p> <ul style="list-style-type: none">- Relacionamento interpessoal- Pontualidade e assiduidade nos compromissos marcados- Disponibilidade para atendimento aos discentes- Agilidade no atendimento das demandas- Capacidade de resolução de problemas- Acompanhamento do funcionamento do curso	$\geq 8,5$
Corpo docente	<p>Fórmula: Média da pontuação dos itens da questão “Avalie a atuação do facilitador de aprendizagem sob os seguintes aspectos” nas avaliações das disciplinas pelos discentes.</p> <p>Itens Avaliados:</p> <ul style="list-style-type: none">- Pontualidade e assiduidade	$\geq 8,5$



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

	<ul style="list-style-type: none">- Domínio do conteúdo- Domínio dos recursos tecnológicos utilizados- Didática e estratégias de ensino-aprendizagem- Cumprimento do plano de ensino- Capacidade de lidar com divergências de opinião- Atendimento a dúvidas dos alunos- Coerência entre as atividades avaliativas e o conteúdo apresentado- Feedback sobre as atividades avaliativas- Pontualidade na divulgação das notas- Qualidade dos materiais didático-pedagógicos disponibilizados- Agilidade na disponibilização dos materiais didático-pedagógicos- Qualidade da bibliografia utilizada	
--	--	--

Indicadores de infraestrutura

Biblioteca do Senado Federal	<p>Fórmula: Média da pontuação dos itens na questão “Avalie sua experiência em relação à Biblioteca do Senado Federal” na avaliação do curso pelos discentes.</p> <p>Itens Avaliados:</p> <ul style="list-style-type: none">- Biblioteca do Senado Federal física- Biblioteca do Senado Federal digital	$\geq 8,5$
Plataforma Zoom	<p>Fórmula: Média da pontuação do item “Plataforma Zoom” na questão “Avalie sua experiência com os aspectos da infraestrutura tecnológica disponibilizada para o curso” na avaliação do curso pelos discentes.</p> <p>Item Avaliado:</p> <ul style="list-style-type: none">- Plataforma Zoom	$\geq 8,5$
Plataforma Teams	<p>Fórmula: Média da pontuação do item “Plataforma Teams” na questão “Avalie sua experiência com os aspectos da infraestrutura tecnológica disponibilizada para o curso”</p>	$\geq 8,5$



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

	na avaliação do curso pelos discentes.	
	Item Avaliado: - Plataforma Teams	
Plataforma Saberes	Fórmula: Média da pontuação do item “Plataforma Saberes” na questão “Avalie sua experiência com os aspectos da infraestrutura tecnológica disponibilizada para o curso” na avaliação do curso pelos discentes.	$\geq 8,5$
	Item Avaliado: - Plataforma Saberes	

Indicadores de resultados:

Indicador	Detalhamento	Meta
Vagas ocupadas	Fórmula: Quantidade de alunos regulares matriculados em relação ao previsto no projeto pedagógico.	100%
Índice de aprovação	Fórmula: Percentual de alunos regulares matriculados que atenderam aos critérios de aprovação no curso.	$\geq 90\%$
Índice de desistência/evasão	Fórmula: Percentual de alunos regulares matriculados que foram reprovados por falta em pelo menos uma disciplina do curso.	$\leq 5\%$
Atendimento aos objetivos de aprendizagem da disciplina	Fórmula: Média da pontuação dos itens na questão “Avalie sua capacidade de realizar as seguintes atividades depois da disciplina” nas avaliações das disciplinas pelos discentes. Itens Avaliados: - Disciplina I: - Objetivos de aprendizagem da disciplina - Disciplina II: - Objetivos de aprendizagem da	$\geq 8,5$



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

	<p>disciplina</p> <ul style="list-style-type: none">- Disciplina III:- Objetivos de aprendizagem da disciplina- Disciplina IV:- Objetivos de aprendizagem da disciplina- Disciplina V:- Objetivos de aprendizagem da disciplina- Disciplina VI:- Objetivos de aprendizagem da disciplina	
Atendimento aos objetivos de aprendizagem do curso	<p>Fórmula: Média da pontuação dos itens na questão “Avalie sua capacidade de realizar as seguintes atividades depois do curso” na avaliação do curso pelos discentes.</p> <p>Itens avaliados:</p> <ul style="list-style-type: none">● revisar os fundamentos históricos, políticos e jurídicos contemporâneos inerentes à institucionalização do Parlamento;● refletir de forma crítica sobre as dinâmicas do Poder Legislativo e do processo político, no contexto do Congresso Nacional e de suas interações bicamerais, federativas e com os demais Poderes;● formular análises qualificadas sobre sistemas, organizações e processos políticos;● compreender as estruturas e os processos de governo em seus diferentes níveis e nas instituições políticas;● demonstrar como se configura a relação entre o Parlamento e a sociedade civil, evidenciando fluxos de informação relativos às demandas e às respectivas intervenções/reações;● compreender as diversas perspectivas aplicadas às políticas públicas, destacando, especialmente, o papel do Legislativo em sua elaboração, discussão, avaliação e monitoramento;● disseminar informações sobre estudos legislativos.	$\geq 8,5$



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

Rendimento médio por disciplina	Fórmula: Média das notas por disciplina, considerando os discentes que participaram de pelo menos uma de suas aulas.	$\geq 8,0$
Rendimento médio por curso	Fórmula: Média dos valores de rendimento médio obtidos no conjunto de disciplinas do curso.	$\geq 8,0$
Frequência média por disciplina	Fórmula: Percentual médio de frequência na disciplina, considerando os alunos que participaram de pelo menos uma de suas aulas.	$\geq 75\%$
Frequência média por curso	Fórmula: Média dos valores de frequência média por disciplina obtidos no conjunto de disciplinas do curso.	$\geq 80\%$
Impacto profissional imediato da disciplina	Fórmula: Média da pontuação dos itens na questão “Avalie o impacto profissional imediato da disciplina em seu trabalho, sob os seguintes aspectos” nas avaliações das disciplinas pelos discentes.	≥ 7
	Itens Avaliados: <ul style="list-style-type: none">- aumento da eficiência no cumprimento das tarefas- melhoria do grau de motivação no contexto laboral- aumento da qualidade na entrega dos resultados esperados- aptidão para o desenvolvimento de novas atividades	
Impacto profissional imediato do curso	Fórmula: Média global dos valores de impacto profissional imediato obtidos nas disciplinas do curso.	≥ 7
Atendimento a expectativas	Fórmula: Percentual de respostas SIM à questão “O curso atendeu às suas expectativas” na avaliação do curso pelos discentes.	$\geq 80\%$